



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, SEGURANÇA E SAÚDE DAS/DOS TRABALHADORAS/ES DO SUAS DE CAMPINAS NO CONTEXTO DE COVID

CAROLINE DE OLIVEIRA CAMARGO ¹
ROBERTA SANTOS REZENDE ¹
SANDRA REGINA DOS SANTOS ¹

Resumo:

Esta pesquisa aborda as condições de trabalho, segurança e saúde das/dos trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de Campinas/SP.

Palavras-Chaves: Trabalhadoras do SUAS, pandemia, locais de trabalho.

Abstract:

This research addresses the working conditions, safety and health of workers in the Unified Social Assistance System (SUAS) in the city of Campinas/SP.

Keywords: SUAS workers, pandemic, workplaces.

I. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada por militantes assistentes sociais que constroem um coletivo de oposição sindical, em conjunto com trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Campinas no estado de São Paulo.

Este trabalho tem como objetivo conhecer as condições de trabalho, segurança e

1 Profissional de Serviço Social. Coletivo Trabalhadoras Em Luta

saúde das/dos trabalhadoras/es do SUAS no município de Campinas, seja na esfera pública ou privada, no contexto de pandemia. Com isso, espera-se ter maiores elementos para contribuir para a socialização de informações e discussões sobre a realidade vivenciada por estes sujeitos no ambiente de trabalho.

Vale ressaltar que não houve a intenção de expor qualquer trabalhadora/trabalhador do SUAS individualmente, mas compreender suas condições de trabalho, segurança e saúde, no seu aspecto mais amplo, diverso e coletivo. Assim, não foi solicitada a identificação dos respondentes da pesquisa em nenhum momento. Qualquer trabalhador/a do Sistema Único de Assistência Social de Campinas estava apto a responder ao questionário.

Para formular o questionário utilizamos de alguns parâmetros, como normativas produzidas pela Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância em Saúde de Campinas que tratam da organização do trabalho no período de pandemia, com atenção especial para o "Compromissos PMC/Manual do Gestor: Medidas para prevenir a transmissão do novo coronavírus nos serviços da Prefeitura Municipal de Campinas com administração direta e indireta".

Quanto ao método da pesquisa, optamos por utilizar a pesquisa quantitativa, com questões fechadas. Realizando análises dos gráficos e da planilha gerada de forma automática pelo Google Forms. O presente questionário foi divulgado e aplicado para as/os trabalhadoras/es do SUAS de Campinas no período de 08/06/2021 a 18/06/2021.

Com o intuito de processar e compreender os dados optamos por utilizar de algumas categorias de análise, sendo elas: Perfil dos respondentes; Informações sobre a estrutura do local de trabalho; Medidas, itens e informações para proteção e prevenção; Contato com o vírus e medidas pós-infecção; e Impactos às/aos trabalhadoras/es do SUAS e Promoção de cuidado, as quais abordaremos no decorrer deste artigo.

Não será possível abordar no presente artigo todos os dados extraídos na pesquisa, assim, abordaremos os elementos que em nossa concepção são os centrais para iniciarmos o debate quanto às condições de trabalho dos profissionais do SUAS que na pandemia foram linha de frente, considerando os serviços da política de assistência social como essenciais durante o período de calamidade pública de pandemia de Covid 19, conforme o Decreto Nº 10.282, de 20 de março de 2020 que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que define os serviços públicos e as atividades essenciais.

Assim, o presente trabalho é de suma importância, pois é atual e fornece pistas para pensarmos as condições de trabalho dos profissionais do SUAS no Brasil a partir da realidade de trazida por meio dos dados obtidos em Campinas.

II. PERFIL DOS RESPONDENTES

O SUAS campineiro é majoritariamente executado por serviços terceirizados, através das chamadas “parcerias público/privadas” entre gestão municipal e as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Com isso temos aproximadamente 450 trabalhadoras/es no setor público (entre servidoras/es, CLTs e comissionados) e 2000 trabalhadoras/es de OSCs (conforme informações apresentadas na “Live preparatória para a Conferência Municipal da Assistência Social em agosto/2021”).

Embora no SUAS em Campinas o número de trabalhadoras/es das OSCs seja massivamente maior do que o número de trabalhadoras/es da execução direta, estes figuram um percentual menor entre os respondentes desta pesquisa, dos 139 respondentes 52,5% estão alocados no serviço público, sendo servidores municipais pela Prefeitura de Campinas; 45,3% dos respondentes estão em serviços terceirizados executados por OSCs e 2,2% dos respondentes são trabalhadores contratados por empresas privadas prestadoras de serviço de limpeza, portaria e segurança, o que nos leva a compreender que a pesquisa em tela não retrata com exatidão o universo estudado. Acreditamos que tal fato pode se dar por dois fatores, que podem estar associados as seguintes hipóteses: a) pela maior inserção do CTL junto às/aos servidoras/es públicas/os, dada sua natureza de coletivo de oposição sindical ao sindicato dos servidores municipais de Campinas; b) pelo receio das/os trabalhadoras/es de OSCs em se posicionar, dada a fragilidade dos vínculos trabalhistas, muito embora o formulário não exigisse a identificação pessoal.

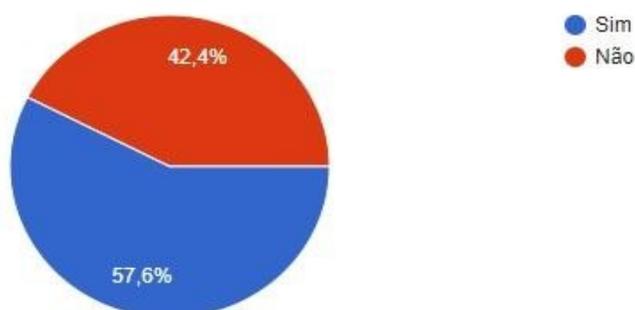
No que se refere aos níveis de proteções sociais dentro da política de assistência social estabelecido no SUAS, 38,8% dos respondentes informaram ser trabalhadoras/es da proteção social básica; 36% da proteção social especial de média complexidade; 13,7% informaram ser trabalhadoras/es da proteção social especial de alta complexidade e 11,5% responderam ser trabalhadoras/es de outros serviços e departamentos que compõe o SUAS.

III. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO LOCAL DE TRABALHO

No que diz respeito ao distanciamento físico nos locais de trabalho, verificamos que das 59 pessoas (42,4%), que responderam que não era possível manter o distanciamento adequado em seu ambiente de trabalho, quase sua totalidade, 47 pessoas (33,8%), não tiveram a instalação de barreiras de proteção nos locais de trabalho, o que demonstra a desproteção do Poder Público junto aos serviços da administração direta ou indireta, seja com trabalhadoras/es ou com quem utiliza o serviço.

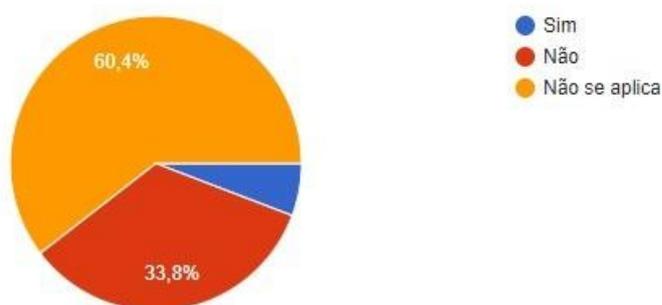
3. Considerando todos os espaços físicos no seu local de trabalho, é possível manter o distanciamento de 1,5m entre os trabalhadores como medida de segurança para evitar contaminação COVID?

139 respostas



3a. Se a resposta acima foi "Não", foram providenciadas "barreiras de proteção para os ambientes de trabalho onde não é possível garantir a distância mínima de 1,5 metro"?

139 respostas



Embora a maioria dos respondentes tenham assinalado que é possível a garantia do distanciamento adequado de 1,5m em seus ambientes de trabalho, sabemos que em grande

parte dos serviços tiveram uma alta da demanda e no fluxo de atendimento à população em consequência da própria pandemia e do agravamento da crise econômica, assim, muitos serviços seguem atendendo um número muito superior ao que era normalmente atendido, gerando movimentações e alto fluxos de pessoas no ambiente de trabalho.

IV. MEDIDAS, ITENS E INFORMAÇÕES PARA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Embora 57,6% dos respondentes indicaram que receberam insumos em quantidade suficiente, chamamos a atenção para aquelas que receberam em quantidade insuficiente (12,2%), aqueles que receberam apenas alguns dos itens citados (24,5%) e aos que responderam que não receberam qualquer item (3,6%); que somados totalizam 40,3% dos respondentes. Isto evidencia a desproteção de muitos trabalhadores que seguem na linha de frente no combate à pandemia. Nossa hipótese se relaciona com a marginalização da política de assistência social, considerada política essencial, mas que, ao longo de sua história, não foi encarada seriamente pelos governantes, tendo sua raiz na benevolência e no voluntarismo messiânico. Entendemos que se faz necessário refletir o quanto essa história ainda pode estar presente com novos contornos e resvalando na naturalização da desproteção da saúde das/os trabalhadoras/es do SUAS.

5. No seu local de trabalho tem álcool em gel 70%, sabonete líquido, toalhas descartáveis e lixeiras sem tampa ou lixeira com acionamento por pedal em todas as pias (lavatórios) de banheiros de uso interno e de uso do munícipe (quando houver atendimento)?

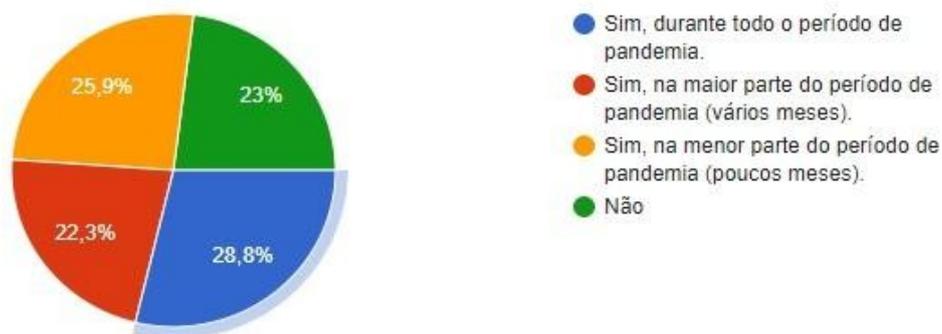
139 respostas



A seguir apresentaremos os dados referentes a equipamentos de proteção individual. Vejamos:

7. Recebeu Equipamento de Proteção Individual - EPIs, em quantidade suficiente (para realizar a troca periódica de acordo com as normativas)?

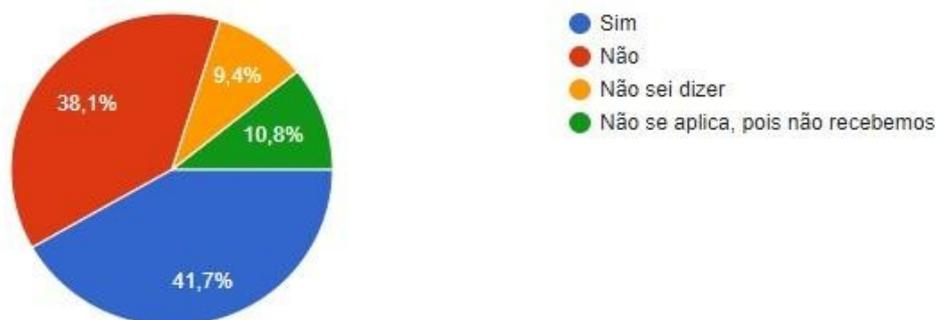
139 respostas



Ressaltamos para observarmos os dados referentes as pessoas que responderam “não” e as que receberam na menor parte do período de pandemia que somam 48,9% dos respondentes. Estes dados demonstram o descaso com a vida das/os trabalhadoras/es. Cabe informar, que os 23% que responderam “não” equivalem a 32 pessoas, sendo essas 23 trabalhadoras/es do serviço público e 9 das OSCs.

7a. A qualidade dos EPIs recebidos é satisfatória?

139 respostas

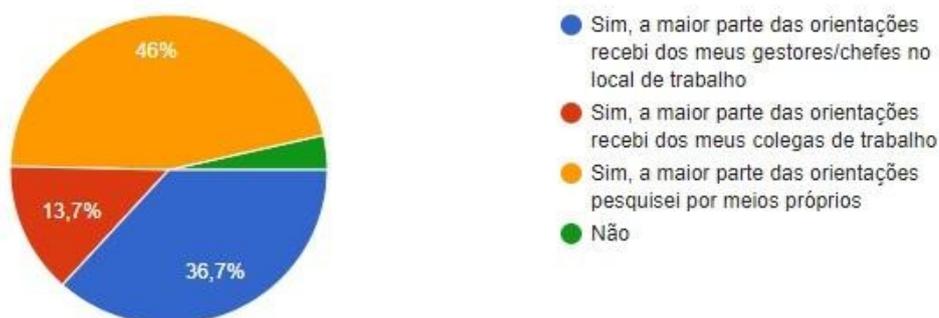


Chamamos a atenção para o dado que aponta que 10% não recebeu EPI; importante considerar que, embora o percentual seja pequeno, ele expressa o número de 15 pessoas e considerando que no auge da transmissão de COVID19 em 2020, a taxa de

transmissão era de 1.8, podemos compreender que essas pessoas tinham potencial para contagiar quase 30 pessoas, que por sua vez poderiam contaminar mais 60 e assim por diante.

8. Desde o início da pandemia, você teve acesso a informações/orientações sobre COVID-19?

139 respostas

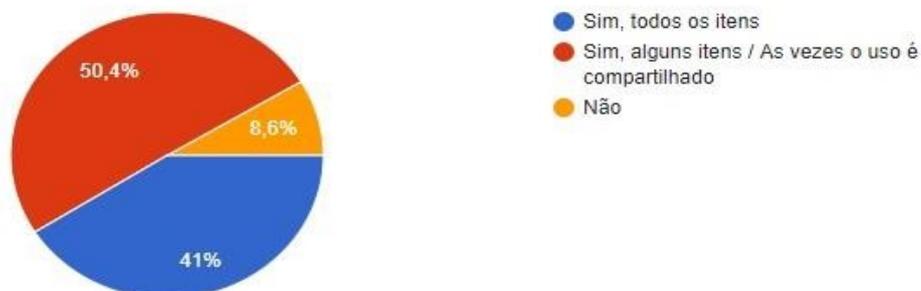


Quando pensamos no acesso a informações e orientações sobre a COVID (gráfico 8), a maioria (46%) respondeu que pesquisou por meio próprios sobre o assunto. Já 13,7% das/os participantes informaram que a maior parte das orientações recebidas vieram de seus colegas de trabalho. Disso podemos depreender que 59,7% dos respondentes tiveram acesso a informações/orientações sobre COVID-19 cuja a fonte não conhecemos, tão pouco podemos atestar sua cientificidade. Tais dados nos trazem grande preocupação, uma vez que falamos de trabalhadoras/es de uma política designada como essencial durante o período de emergência sanitária, tendo suas atividades mantidas durante todo o período e que presenciou um aumento exponencial no número de atendimentos em virtudes do agravamento das expressões da questão social. Cabe assinalar ainda que falamos de um tema que inundado por notícias falsas que, por vezes, incentivam práticas que pouco ou nada colaboram para prevenção contra o vírus, ou ainda, pelo contrário, o minimizam e servem como combustível para sua contaminação.

Não basta a execução de medidas isoladas, o que de fato previne a contaminação é a execução do protocolo como um todo, o que demanda não somente ações individuais, mas sobremaneira, medidas de iniciativa do poder público, com destinação de recursos materiais e humanos para tal.

13. No seu local de trabalho os recursos são de uso compartilhado (computador, cadeira, mesa, telefone, etc)?

139 respostas

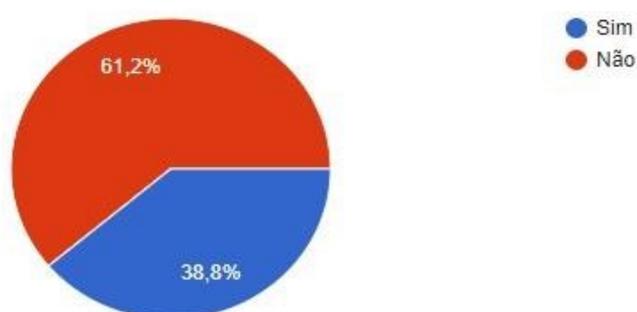


Ressaltamos que se somarmos (sim, todos os itens e sim, alguns itens) mais de 90% das pessoas responderam que compartilham os recursos de trabalho. Nossa hipótese que é isso ocorre sobretudo como consequência da escassez de material de trabalho, haja vista a precarização da política de assistência social, que é problema anterior ao contexto da COVID19.

As questões seguintes se referem a limpeza/ desinfecção dos ambientes de trabalho.

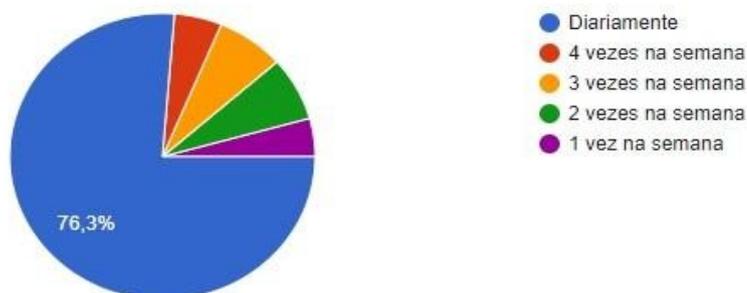
14. No seu local de trabalho foi estabelecida uma rotina diária e várias vezes ao dia, de rigorosa limpeza e desinfecção do ambiente, superfícies e objetos mais tocados?

139 respostas



14c. Quantas vezes na semana seu local de trabalho conta com o profissional da limpeza?

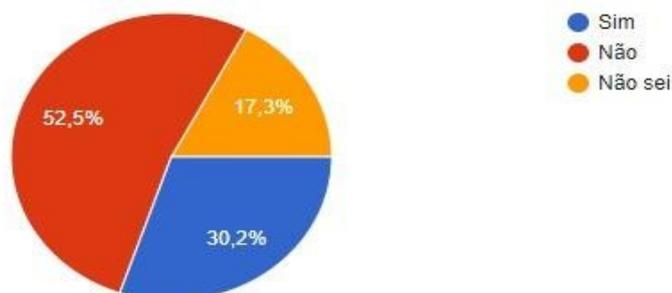
139 respostas



Embora não seja a realidade da maioria dos locais de trabalho, consideramos que ainda sim é bastante grave não ter profissional da limpeza todos os dias, ainda mais no contexto de pandemia. O que justifica 61,2% ter respondido que nos locais de trabalho não foi estabelecido rotina rigorosa de limpeza e desinfecção de ambiente.

14d. Você avalia que com o número de trabalhadores de limpeza disponíveis no serviço é possível aplicar as regras de limpeza sugeridas pelas normativas para garantir segurança dos trabalhadores/as?

139 respostas



Pouco mais da metade dos respondentes avaliam que o quadro de trabalhadores da limpeza não é suficiente para atender as normas de segurança no que se refere a higienização. É sabido que Recursos Humanos insuficiente é também uma questão anterior a pandemia que se agrava diante do contexto da COVID. Esse dado é expressão da precarização da política de assistência social.

Na presente pesquisa, foi possível verificar ainda que das estratégias utilizadas

para reduzir a circulação de pessoas nos locais de trabalho, o atendimento remoto e a organização de escalas foram as mais utilizadas nos serviços. Os dados a baixo se referem a realização do teletrabalho. Vejamos,

18. Você teve direito a realizar o teletrabalho?

139 respostas



A soma dos que não tiveram direito e aqueles que tiveram só por alguns momentos é superior aos que tiveram direito. Verificamos ao analisar os dados que as/os trabalhadoras/es que não tiveram acesso são: trabalhadoras/es da portaria e limpeza terceirizadas/os (3), outros departamentos (1); proteção social básica no serviço público (1); proteção social básica terceirizado (2); proteção social especial de média complexidade no serviço público (3); proteção social especial de alta complexidade no serviço público (6); e proteção social especial de alta complexidade em serviços terceirizados (2). Notamos ainda quase a metade dos trabalhadores respondentes da proteção social de alta complexidade não tiveram acesso ao teletrabalho.

18a. Se sim, foi garantido os recursos necessários para a execução do teletrabalho?

139 respostas



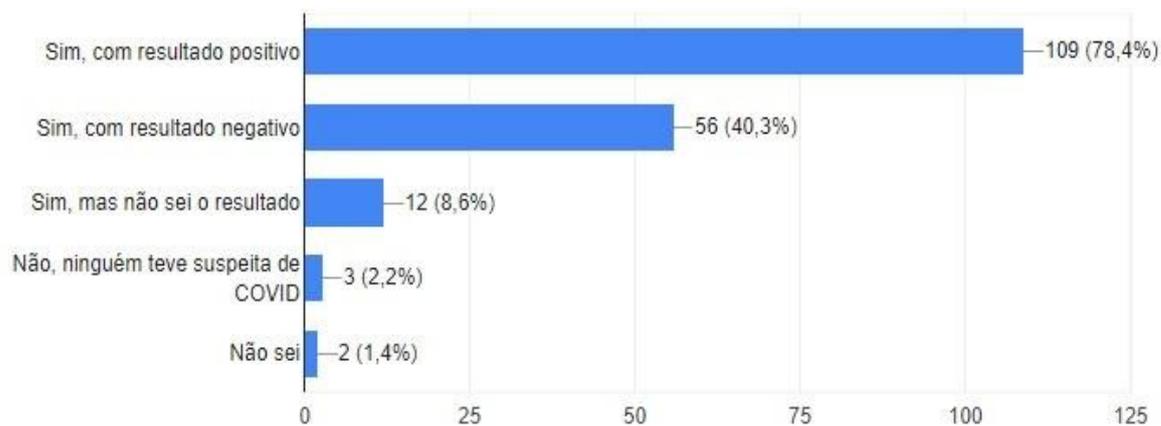
Destacamos que quase metade das/os trabalhadoras/es disseram que não foi garantido recursos necessários para a execução do teletrabalho. Já, 21 trabalhadoras/es disseram que que tiveram todos os recursos garantidos, sendo, 5 da proteção social básica executadas por OSCs; 5 da proteção social especial de média complexidade executada por OSCs; 1 da proteção social especial de alta complexidade ligado ao setor público; 3 da proteção social de alta complexidade executada por OSCs; 1 de outros departamentos do setor público do SUAS; 1 de outros departamentos executados por OSC.

V. CONTATO COM O VÍRUS E MEDIDAS PÓS-INFECÇÃO

Primeiramente é necessário enfatizar que não há registros de dados oficiais a respeito da saúde das/os trabalhadoras/es do SUAS durante a pandemia de COVID 19 no município de Campinas, esta pesquisa foi um esforço nesse sentido: trazer luz a essa questão. Abaixo seguem os dados coletados:

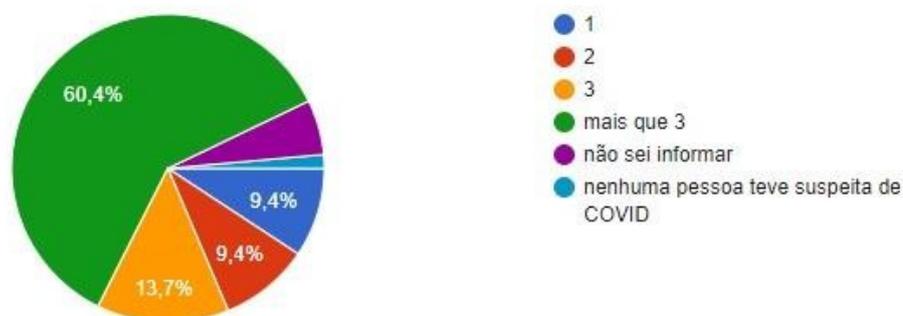
11. Alguém da sua equipe de trabalho teve suspeita de COVID desde o início da pandemia? (é possível indicar mais de um item)

139 respostas



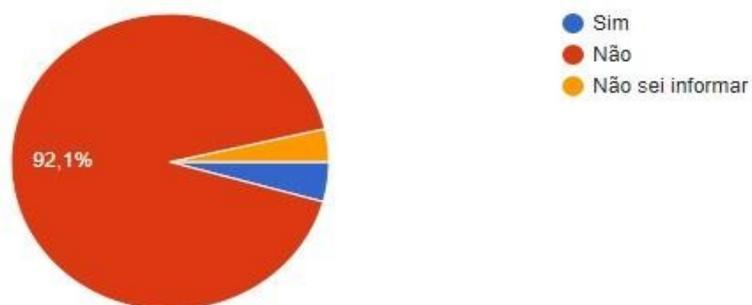
11a. Indique quantas pessoas tiveram suspeita de COVID em seu local de trabalho:

139 respostas



12. Tem algum colega de trabalho que faleceu em decorrência da COVID-19?

139 respostas

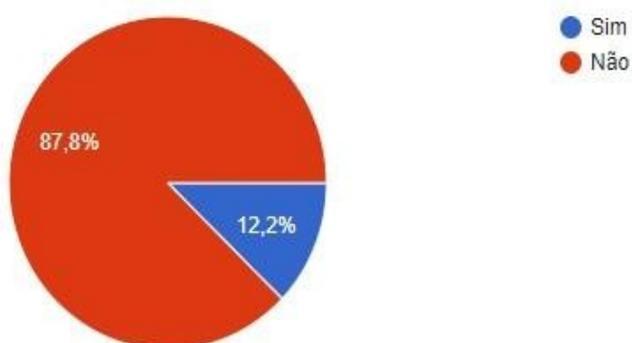


VI.IMPACTOS ÀS/AOS TRABALHADORAS/ES DO SUAS E PROMOÇÃO DE CUIDADO

Neste item questionamos a respeito do apoio psicológico às/aos trabalhadoras/es nos locais de trabalho.

16. Há disponibilidade de apoio psicológico aos/as trabalhadores neste período no seu local de trabalho?

139 respostas

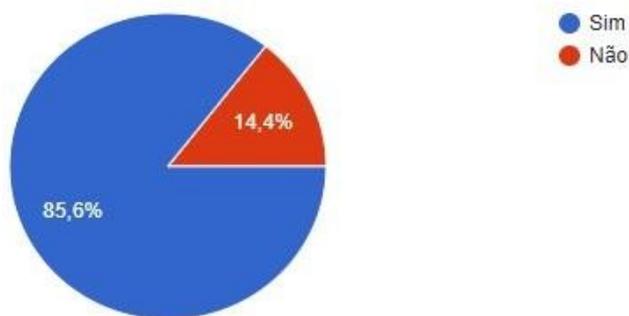


Ao analisar os dados observamos que a maioria das respostas “sim” vieram de trabalhadores da proteção social especial de média complexidade que atuam em serviços terceirizados, neste caso, Organizações da Sociedade Civil (OSC). A partir do nosso contato com essas/es trabalhadoras/es, remetemos a hipótese de que este apoio psicológico possa

estar relacionado a atividade de supervisão técnica, uma vez que, embora saibamos que esse não é o objetivo central da supervisão, a mesma também pode ser tomada neste aspecto, como espaço de cuidado.

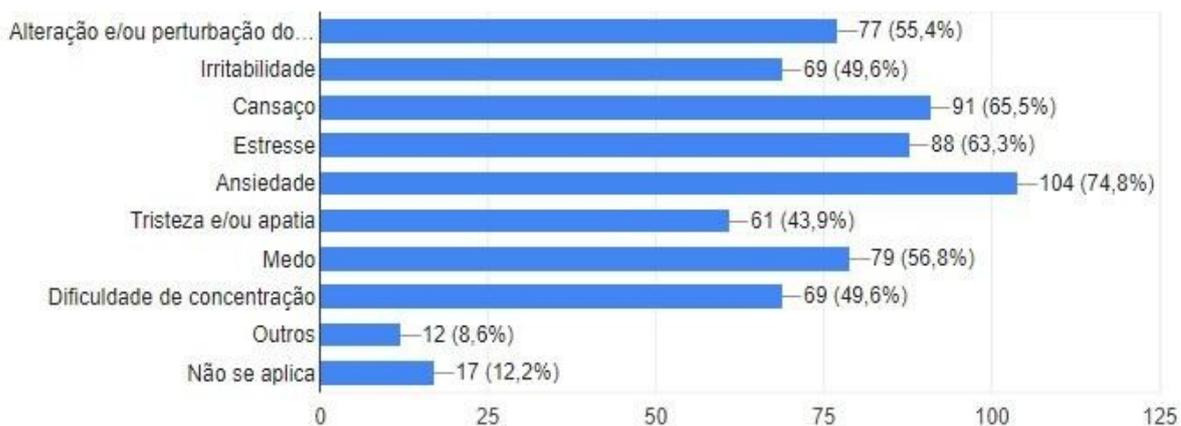
17. Você percebeu algum impacto na sua saúde mental?

139 respostas



17a. Se respondeu "sim" na questão anterior, qual desses sintomas você percebeu? (é possível indicar mais de um item).

139 respostas



Esses dados nos confirmam o que é facilmente perceptível nos serviços do SUAS: trabalhadores/as adoecidos/as em virtude do aprofundamento das expressões da questão social, combinado a um cenário de escassos recursos como para responder às

necessidades concretas da população atendida. Desta forma, traz à tona a necessidade da discussão acerca da saúde mental das/os trabalhadoras/es do SUAS.

VII.CONCLUSÃO

Apontamos que esta pesquisa parte de um esforço de trabalhadoras do SUAS em analisar o cotidiano de trabalho, mesmo em meio aos desafios postos ao trabalho durante a pandemia e as jornadas duplas e triplas destas trabalhadoras. Tão logo, entendemos que caberia maior aprofundamento na análise dos dados obtidos.

Compreendemos que a presente pesquisa foi insuficiente ao não abordar outros elementos que na nossa concepção eram de suma importância para melhor elucidação do perfil dos respondentes e contextualização dos dados inseridos, são eles os quesitos: gênero, raça/cor, se possui filhos e se possui alguma comorbidade.

Com relação às medidas de proteção verificamos que se deram de forma descontinuada e pouca articulada, o que demonstra a fragilidade da proteção às/aos trabalhadoras/es, uma vez que é de conhecimento que, para o êxito da prevenção ao vírus, seria necessário a aplicação das medidas de forma combinada.

Importante salientar que processos de trabalho instaurados a princípio como emergenciais, estão sendo mantidos mesmo com a normalização parcial dos atendimentos à população. Tal fato, para além da sobrecarga de trabalho, também traz à tona a insuficiência e, em grande parte, ausência dos recursos materiais necessários para sua execução, a exemplo, dos atendimentos remotos e orientações via WhatsApp.

O quadro de adoecimento pode se expressar na sociedade em geral neste momento, mas os trabalhadores do SUAS, para além da COVID 19, estão trabalhando diretamente com a intensificação das expressões da questão social, com o aprofundamento da precarização da vida da classe trabalhadora, com a fome, desemprego, violência e adoecimento mental também da própria população. Frente a essa situação, por muitas vezes, as/os trabalhadoras/es do SUAS se vê sem respostas concretas diante da realidade.

Compreendemos que ao SUAS coube o trabalho sobre “os não acessos”, bem como aborda o tema BEHRING e BOSCHETTI (2020). No texto, as autoras refletem a questão dos programas de “transferência de renda” e teto de gastos, trazendo uma reflexão importante sobre a substituição dos empregos estáveis e com direitos por programas de transferência de renda clientelistas. As autoras vislumbram um processo ampliado de “assistencialização” da pobreza, que se difere do direito à assistência social, fundada em

trabalho estável com direitos, previdência e saúde pública.

Do ponto de vista do orçamento público, podemos vislumbrar um aumento significativo da função Assistência Social devido à “transferência de renda”, com corte de recursos de outras antes políticas e rubricas centrais – como educação e saúde – e não com medidas como as destacamos e que não operam na lógica do ajuste. Ou seja, se trata de uma política de cobertor curto, que tira dos serviços e direitos para a “transferência de renda”, em proporções muito maiores do que já vinha ocorrendo. (BEHRING e BOSCHETTI, 2020).

Por fim, concordamos com BEHRING (2020), em seu texto que aborda o mito da escassez, sobre o orçamento público em tempos de pandemia, em que a autora aponta como uma das medidas centrais para o enfrentamento da pandemia, a revogação urgente da Emenda Constitucional 95 como condição para investimento nas políticas sociais.

A naturalização é mais um mito a ser posto a nu: a proliferação do vírus e a suposta ausência de planejamento e recursos tem a marca da decadência do capitalismo e seus arautos, que atacam o meio ambiente e a vida das majorias. Estamos a viver um capítulo inédito da decadência desta forma de organização da vida que coloca o lucro acima de tudo e todos. (BEHRING, 2020).

Para a superação desse modo de vida em que o lucro dos capitalistas está acima das vidas da população e do meio ambiente, compreendemos que é necessária uma perspectiva classista, pois só a partir da luta da classe trabalhadora organizada poderemos enfrentar os ataques dos capitalistas aos direitos e a vida da classe trabalhadora, da qual fazemos parte, pois compreendemos que não são apenas as/os trabalhadoras/es do SUAS que estão pagando a conta da crise econômica e sanitária imposta pelo capital e seu Estado.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. “Transferência de renda”, teto de gastos e oportunismo: para uma crítica de esquerda. In: Esquerda online, [s. l.], 18 ago.2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/18/transferencia-de-renda-teto-de-gastos-e-oportunismo-para-uma-critica-de-esquerda/> Acesso em 05/09/2021.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. Compromissos PMC. Dez. 2020. Disponível em: https://covid-19.campinas.sp.gov.br/sites/covid-19.campinas.sp.gov.br/files/protocolos-sanitarios/Edi%C3%A7%C3%A3o%203.%20Compromisso%20PMC_%20MANUAL%20DO%20GESTOR_%20prevenir%20a%20transmiss%C3%A3o%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus%20nos%20servi%C3%A7os%20da%20PMC_dez2020%20%20final.pdf Acesso em 31/08/2021.

G1, Portal de notícias. Covid-19: Taxa de transmissão cai em Campinas e Saúde atribui a distanciamento social. 31/07/2020 Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/07/31/covid-19-taxa-de-transmissao-cai-em-campinae-saude-atribui-a-distanciamento-social.ghtml>. Acesso em: 31/08/2021

BEHRING, Elaine. "Escassez é um mito vendido caro: sobre o orçamento público em tempos de pandemia. In: Esquerda online, [s.l.], 19 mar. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/19/escassez--e-um-mito-vendido-carro-sobre-o-orcamento-publico--em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 05/09/2021.